



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013651-14.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Ilda Ianoni Bianchi**
 Requerido: **Jocivaldo de Jesus Cruz**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ILDA IANONI BIANCHI, qualificado na inicial, ajuizou ação de Despejo Por Falta de Pagamento em face de Jocivaldo de Jesus Cruz, também já qualificado, alegando que locou ao requerido, conforme contrato escrito acostado aos autos, o imóvel situado na Rua João Nonato, 116, Vila Jacobucci, nesta cidade de São Carlos/SP, para fins residenciais, mediante aluguel mensal no valor de R\$ 349,69 (*trezentos e quarenta e nove reais e sessenta e nove centavos*), com vencimento previsto para todo dia sete de cada mês.

Ocorreu que o locatário deixou de lhe pagar os alugueres vencidos no período de 07.09.2015 a 07.10.2015, bem como os encargos com água e energia, violando o artigo 9º, inciso III, c.c. art. 23, I, da Lei do Inquilinato, culminando no débito não resgatado de R\$1.964,07.

Pediu então, o autor, a citação do réu para responder ao pedido de rescisão da locação ou purgar a mora, e, a final, a condenação do requerido a desocupar o imóvel, com fundamento no art. 63, *caput*, da Lei nº 12.112/09, bem como ao pagamento das verbas de sucumbência.

O réu, regularmente citado, não ofereceu resposta, tampouco requereu prazo para purgação da mora, deixando-se à revelia.

É o relatório.

D E C I D O.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil, sendo procedente a pretensão de despejo ante a revelia do locatário, por força do que presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319 do CPC).

Com o silêncio o requerido confessou a mora e esta leva à consequência do despejo, devendo desocupar o imóvel no prazo de quinze (15) dias, nos termos do art. 63, § 1º, “b”, da Lei n.º 8.245/91.

Sucumbente, caberá ainda ao réu arcar com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e DECRETO O DESPEJO de Jocivaldo de Jesus Cruz, assinalando-lhe, para voluntária desocupação, o prazo de TRINTA (30) DIAS, nos termos do art. 63, da Lei acima referida; e CONDENO-O ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (*dez por cento*) sobre o valor da condenação, devidamente atualizado.

P.R.I.

São Carlos, 29 de janeiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**